

RECURSO ESPECIAL Nº 1.776.780 - RO (2018/0287550-2)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
RECORRENTE : ISABEL FERREIRA DA CRUZ
RECORRENTE : LETICIA FERREIRA DA CRUZ
ADVOGADO : LUZINETE XAVIER DE SOUZA - RO003525
RECORRENTE : CELSO CRUZ DE CARVALHO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
RECORRIDO : OS MESMOS

EMENTA

CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. REINTEGRAÇÃO DE POSSE INDEVIDA OBTIDA COM A FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS. CONFIGURAÇÃO DOS DANOS MORAIS. REVISÃO. PRETENSÃO QUE ESBARRA NA SÚMULA Nº 7 DO STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

ISABEL FERREIRA DA CRUZ e LETÍCIA FERREIRA DA CRUZ ajuizaram ação de indenização por danos morais e materiais contra CELSO CRUZ DE CARVALHO (CELSO).

A demanda foi julgada procedente para reconhecer os elementos caracterizadores da responsabilidade civil decorrentes dos atos praticados pelo réu e condená-lo pagamento, em favor das autoras, da quantia já atualizada de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) a título de danos morais, bem como ao pagamento, em favor das autoras, a quantia de R\$ 154.733,89 (cento e cinquenta e quatro mil setecentos e trinta e três reais e oitenta e nove centavos) a título de danos materiais.

CELSO opôs apelação e o juízo de primeiro grau os rejeitou (e-STJ, fl. 188).

CELSO interpôs apelação e o TJRO deu provimento ao recurso, nos termos da seguinte ementa:

Apelação. Ilegitimidade ativa. Teoria da asserção. Reintegração de posse indevida obtida com a falsificação de documentos. Dano moral. Dano material. O exame da legitimidade das partes, segundo a teoria da asserção, vigente no direito brasileiro, é realizado in statu assertionis, isto é, a sua verificação ocorre de modo hipotético, exclusivamente mediante a consideração da relação de direito material tal como afirmada pelo demandante na petição inicial, abstraindo-se qualquer investigação probatória ou fática a respeito da configuração real, no mundo físico, daquela relação jurídica de direito material alegada.

Os fatos comprovados nos autos demonstram com clareza o dano

moral sofrido pelas apeladas pela determinação judicial, obtida por meios fraudulentos, de desocupação do imóvel que possuíam, ato ilícito que gerou abalo na honra das autoras, o que certamente deve ser reparado, nos termos do disposto nos termos do art. 927 do Código Civil.

O dano material não se presume, deve ser comprovado (e-STJ, fl. 253)

Inconformado, CELSO interpôs recurso especial, com fundamento no art. 105, *a*, da Constituição Federal, apontando a violação do art. 186,188, I e 927 do CC/02, alegando, em síntese, que agiu acobertado por excludente de ilicitude, incorrendo, portanto, o dano moral alegado pela recorrida (e-STJ, fls. 264/269).

ISABEL e outra interpuseram recurso especial adesivo, apontando a violação dos arts. 186, 405, 932, III, 933, 942, 943, do Código Civil (e-STJ, fls.282/291).

Os recursos especiais foram admitidos (e-STJ, fls. 311/312 e 313).

É o relatório.

DECIDO.

O inconformismo não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que o presente recurso especial foi interposto contra acórdão publicado na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

O Tribunal rondoniense, soberano na análise do contexto fático-probatório, concluiu que CELSO cometeu ato ilícito que gerou danos morais a ISABEL e outra, conforme se lê dos trechos do acórdão recorrido:

Pois bem. A tese do apelante de inoccorrência de dano moral baseia-se na propriedade do imóvel, enquanto o fundamento dos pedidos das apeladas é a violação ao direito de posse decorrente da ação de reintegração de posse julgada procedente com base em documentos falsos apresentados pelo recorrente, o que independe da prova de propriedade do imóvel.

Os fatos comprovados nos autos demonstram com clareza o dano moral sofrido pelas apeladas pela determinação judicial, obtida por meios fraudulentos, de desocupação do imóvel que possuíam, ato ilícito que gerou abalo na honra das autoras, o que certamente deve ser reparado, nos termos do disposto nos termos do art. 927 do Código Civil (e-STJ, fls. 257/258)

Nesse contexto, a modificação do entendimento lançado no acórdão demandaria o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, procedimento vedado em recurso especial, a teor do enunciado nº 7 da Súmula do STJ.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. 1. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. 2. DEVER DE INDENIZAÇÃO. FUNDAMENTO INATACADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283/STF. 3. MONTANTE INDENIZATÓRIO. PRETENSÃO DE REDUÇÃO. DESCABIMENTO. SÚMULA 7/STJ. 4. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. RELAÇÃO EXTRA CONTRATUAL. DATA DO EVENTO DANOSO. SÚMULA 54/STJ. 5. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. É deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegação de ofensa aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015 se faz de forma genérica, sem a demonstração exata dos pontos pelos quais o acórdão tornou-se omissivo, contraditório ou obscuro. Aplica-se, na hipótese, o óbice da Súmula 284 do STF.

2. A manutenção de argumento que, por si só, sustenta o acórdão recorrido torna inviável o conhecimento do recurso especial, atraindo a aplicação do enunciado n. 283 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

3. A alteração da conclusão do Tribunal estadual quanto ao valor da indenização por danos morais demandaria o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula n. 7 do STJ.

4. No que tange aos juros de mora, a jurisprudência deste Tribunal Superior, em caso de responsabilidade extracontratual, determina que os juros moratórios incidam desde a data do evento danoso, nos termos da Súmula 54/STJ. Não sendo outro o entendimento do acórdão impugnado, tem incidência, no ponto, a Súmula 83/STJ.

5. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1526287/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. 16/3/2020, DJe 20/3/2020)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. 1. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, INDEFERIMENTO DE PERÍCIA GRAFOTÉCNICA E CONFIGURAÇÃO DE DANO MORAL. ALTERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. 2. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

Superior Tribunal de Justiça

1. É inviável rever em recurso especial a conclusão da Corte local acerca da inversão do ônus da prova, indeferimento de prova pericial e configuração de danos morais, pois demandaria reexame de provas, o que é vedado em razão da Súmula 7/STJ.

2. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1540004/GO, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. 16/3/2020, DJe 20/3/2020)

Nessas condições, **NÃO CONHEÇO** do recurso especial.

MAJORO em 5% os honorários advocatícios anteriormente fixados em desfavor de CELSO, nos termos do art. 85, § 11, do NCPC.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator